

ISCA's E ISE's

Fingir o diálogo e impor decisões

O Secretário de Estado do Ensino Superior reafirmou e defendeu há dias na Assembleia da República, em resposta a perguntas suscitadas pelos deputados Rogério Moreira (PCP) e Isabel Espada (PRD), a intenção do Governo de integrar os ISCA's e os ISE's no Ensino Politécnico, revogando a legislação existente sobre o estatuto destas escolas. Mas disse mais: «Tanto o sr. Ministro como eu próprio acedemos a que se dialogasse por mais algum tempo com os interessados, que se ouvissem várias opiniões, mas insistiu-se na ideia de que quando chegasse a altura do Governo teria de decidir».

António Filipe

Tão estranho conceito de diálogo justifica mais algumas considerações sobre o assunto.

Em primeiro lugar, uma constatação: o Governo não recuou nas suas intenções de intergação destas escolas no Politécnico. Apenas protelou a decisão definitiva face ao impacto da contestação de estudantes e docentes relativamente a essa medida. A decisão continua a pairar, sob a aparência do diálogo, à espera de melhor ocasião para ser efectuada. A este respeito o Secretário de Estado não podia ser mais claro.

Uma segunda ordem de considerações prende-se com a evolução da situação dessas escolas e com as perspectivas existentes a esse respeito. Afinal, o fundo da questão.

Os Institutos Comerciais e os Institutos Industriais foram as escolas do Ensino Médio que antecederam os actuais Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (ISCA's) e Institutos Superiores de Engenharia (ISE's).

Nível universitário

Essa transformação deu-se, no caso dos ISE's, através do De-

creto-Lei 830/74, de 31 de Dezembro. Diploma, em cujo artigo 2.º se dispõe que «os Institutos Superiores de Engenharia são escolas de nível universitário, dotados de personalidade jurídica e de autonomia administrativa. Neles se conferem os graus de bacharelato, licenciatura e doutoramento. Podem os referidos Institutos ser integrados em Universidades por acordo de ambas as partes.»

De igual forma, o Decreto-Lei 327/76 de 6 de Maio, transformou os Institutos Comerciais em Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, atributivos dos graus de bacharel, licenciado e doutor.

Estatuto, que não obstante estar consagrado em letra de Lei, nunca se efectivou. Em contrapartida, a situação institucional destas escolas continuou longe de ser pacífica. Com a introdução no nosso país em 1977 do chamado «Ensino Superior Curto», os ISCA's e os ISE's seriam transformados em Escolas Superiores Técnicas pelo Decreto-Lei 427/B/77, de 14 de Outubro, situação que cessou com a aprovação pela Assembleia da República da Lei 61/78, de 28 de Julho. Só que as tentativas de reduzir legalmente o grau académico destas escolas não ficariam por aí.

Em 26 de Dezembro de 79, o Decreto-Lei 513/T/79 do Governo da então "AD", incluiu os ISCA's e os ISE's no Ensino Politécnico. A questão voltaria contudo à Assembleia da República, chamado esse Decreto-Lei

Alberto Ralha, secretário de Estado do Ensino Superior, reafirmou a intenção do Governo de integrar os ISCA's e os ISE's no Ensino Politécnico.



à Ratificação pelo Grupo Parlamentar do PCP que, na mesma circunstância havia apresentado um Projecto-Lei de criação de licenciaturas a atribuir pelos ISCA's e pelos ISE's e de integração universitária dessas escolas.

A Lei 29/80 de 28 de Julho, que resultou dessa iniciativa, revoga as disposições do Decreto-Lei que integravam os ISCA's e os ISE's no Ensino Politécnico. No entanto, o PSD e o CDS opuseram-se à aprovação do Projecto que resolveria em definitivo a situação desses institutos, preferindo a adopção de uma recomendação ao Governo no sentido de estudar a atribuição de licenciaturas por essas escolas, no intuito de, sem nada fazer, procurar apaziguar a unânime reivindicação dos ISCA's e dos ISE's.

«Faça-se justiça»

É interessante recordar as declarações de voto produzidas pelo PSD nessa altura, para que se confrontem com o comportamento posterior deste Partido. Dizia então a deputada Amélia de Azevedo: «Declarámos apoiar a proposta de Resolução da Assembleia da República, contendo uma recomendação ao Governo, com vista à implementação da licenciatura nos ISCA's no mais curto prazo de tempo.

«Mais desejamos frisar que o mesmo processo se deve tornar

Ens. Politécnico
Política educativa